

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 05 de dezembro de 2025 às 07h50
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Patentes

União Europeia chega a acordo sobre nova geração de transgênicos	3
RFI	

Exame.com | BR

Marco regulatório | INPI

Congresso derruba veto a PL que isenta Embrapa de taxas para pesquisas	4
HOME	

Propriedade Intelectual

Warner avalia possível licenciamento de atrações da DC aos parques de Orlando	6
ÚLTIMAS NOTÍCIAS HOME	

Agência Senado | BR

Marco regulatório | INPI

Isenção de taxas para a Embrapa é mantida pelo Congresso	8
NOTÍCIAS	

União Europeia chega a acordo sobre nova geração de transgênicos

Os eurodeputados e os Estados-membros da UE fecharam um acordo na madrugada de quarta (3) para quinta-feira (4) para desenvolver plantas obtidas por novas técnicas genômicas (NGT) na agricultura dentro dos países do bloco. Conhecidos como "novos OGM (organismos geneticamente modificados)", eles permitem modificar o genoma de uma planta sem introduzir o DNA de outro organismo, o que os diferencia dos transgênicos tradicionais.

Essas novas técnicas genômicas permitem alterações precisas no DNA para criar plantas mais resistentes ao clima e menos dependentes de insumos. As sementes obtidas por NGT são organismos geneticamente modificados, mas não são consideradas "transgênicas".

Para a eurodeputada sueca Jessica Polfjård (PPE, direita), relatora do texto, trata-se de um "avanço importante". "Essa tecnologia permitirá cultivar plantas resistentes às mudanças climáticas e obter rendimentos mais altos em áreas menores", afirmou.

O eurodeputado francês Pascal Canfin também considerou a medida uma "excelente notícia". Segundo ele, a tecnologia trará "mais soluções para enfrentar a escassez de água, a seca e o aumento das temperaturas".

As técnicas resistentes a herbicidas ou que sejam usadas para produzir inseticidas não serão autorizadas no mercado, em nome da sustentabilidade, e o uso será proibido na agricultura orgânica.

A simplificação das regras era uma reivindicação da Copa-Cogeca, a principal organização representativa dos agricultores e das cooperativas agrícolas da União Europeia, e das grandes empresas de sementes, que alegam que terão maior competitividade no mercado, principalmente diante da

China e dos EUA.

Rótulos Organizações ambientais e o setor de agricultura orgânica denunciam, por outro lado, "riscos graves para nossa agricultura e alimentação", alerta a ONG Pollinis. Charlotte Labauge, dirigente da ONG, critica especialmente a ausência de rotulagem nos produtos, o que, para ela, é "uma violação grave dos direitos fundamentais dos consumidores".

Segundo o acordo, a presença das novas técnicas genômicas deverá constar nos sacos de sementes comprados pelos agricultores, mas não no rótulo do produto final.

Os debates sobre essa questão da rastreabilidade se prolongaram por vários meses na União Europeia, assim como sobre as **patentes** que poderão beneficiar da nova tecnologia.

Alguns Estados temiam que essas patentes desestabilizassem o setor agrícola. As ONGs também alertam para uma concentração de patentes caras nas mãos de multinacionais, em detrimento de pequenos agricultores.

No Parlamento, o socialista francês Christophe Clergeau criticou o compromisso. "Estamos tirando dos consumidores sua liberdade de escolha" e "deixamos os agricultores nas mãos de grandes grupos internacionais", afirmou.

Esse acordo ainda precisa ser aprovado mais uma vez pelos Estados-membros e pelo Parlamento Europeu para entrar em vigor. O documento tem o apoio da Dinamarca, que ocupa a presidência rotativa da União Europeia até o fim de dezembro.

Com agências

Congresso derruba veto a PL que isenta Embrapa de taxas para pesquisas

Apesar disso, os parlamentares mantiveram vetos do governo Lula em pontos considerados sensíveis na área social e econômica

O Congresso Nacional derrubou nesta quinta-feira, 4 de dezembro, o veto ao projeto de lei que isenta a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) do pagamento de taxas para registro de pesquisas, tecnologias e produtos. Esse foi o único veto derrubado pelos parlamentares, que mantiveram a maioria dos vetos apresentados pelo governo Lula. A proposta segue agora para promulgação e será convertida em lei.

A medida prevê isenção por prazo indeterminado junto a quatro órgãos federais:

Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, vinculado ao Ministério da Agricultura;

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**);

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**).

A decisão foi resultado de acordo entre os partidos e contou com apoio de 423 deputados e 70 senadores. Para a rejeição de um veto presidencial, são exigidos os votos de pelo menos 257 deputados e 41 senadores.

Segundo parlamentares favoráveis à medida, a isenção pretende ampliar o acesso da Embrapa a processos de registro e proteção de **inovações**

tecnológicas, sem comprometer sua capacidade orçamentária.

Apesar do único veto do Congresso, a decisão dos parlamentares sobre os demais vetos representou uma vitória para o Planalto, que conseguiu preservar pontos considerados sensíveis na área social e econômica, como as regras do Bolsa Família e o dispositivo que tratava do uso de recursos de multas para financiar a CNH Social.

Outra vitória para o Planalto ocorreu com a manutenção do veto ao Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais. O dispositivo previa divulgação pública do nome e do CPF de condenados por crimes sexuais, mas acabou barrado pelo governo federal sob justificativa de conflito com a Lei Geral de Proteção de Dados.

O Congresso também manteve veto ao projeto que alterava regras remuneratórias internas da Câmara por meio da consolidação da VPNI de servidores ativos, inativos e pensionistas - tema tratado como de autonomia administrativa pela Casa, mas cuja reversão não prosperou.

Novas regras sobre custeio de CNH para baixa renda

O Congresso também derrubou vetos ao projeto que originou a lei que estabeleceu que parte dos recursos arrecadados com multas de trânsito poderá ser usada para custear a obtenção da carteira de habilitação por pessoas de baixa renda.

Com isso, quatro dispositivos anteriormente vetados serão reintegrados à lei. Entre eles, a exigência de

Continuação: Congresso derruba veto a PL que isenta Embrapa de taxas para pesquisas

comprovação de resultado negativo em exame toxicológico para a primeira habilitação, independentemente da categoria do veículo.

A mudança representa uma ampliação das condições para acesso ao documento, com exigências adi-

cionais relacionadas à segurança no trânsito.

(Com informações da Agência Câmara e Agência Brasil)

Warner avalia possível licenciamento de atrações da DC aos parques de Orlando

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Companhia de mídia já licencia suas personagens da DC, como Batman, Superman e Mulher-Maravilha, para a Six Flags Entertainment, mas está considerando expandir suas parcerias para outras operadoras

Após décadas salvando Gotham City de vilões inescrupulosos, Batman pode estar prestes a embarcar em uma nova aventura: no universo das montanhas-russas.

A Warner Bros. Discovery está em negociações com operadoras de parques temáticos, incluindo a Universal Resorts, parte da Comcast, para licenciar as propriedades da DC Comics para novas atrações, informaram fontes próximas ao processo, em condição de anonimato, à Bloomberg.

Atualmente, a Warner Bros já licencia personagens emblemáticos da sua editora de quadrinhos, como Batman, Superman e Mulher-Maravilha, para a Six Flags Entertainment, mas está considerando expandir suas parcerias para outras operadoras. As conversas entre as empresas ainda estão nos estágios iniciais e não envolvem acordos concretos até o momento.

De olho em um setor bilionário

abpi.empauta.com

Parque da Universal, em Orlando, na Flórida (EUA)
(Universal Parks & Resorts/Divulgação)

Nos últimos anos, o entretenimento fora de casa tem se tornado um setor atraente para as empresas de mídia, não apenas pela oportunidade de gerar receita com licenciamento, mas também para promover suas marcas. Por exemplo, a Netflix está criando experiências baseadas em suas séries em shoppings, enquanto a Universal tem expandido suas operações com pequenos parques e atrações em estados como Nevada e Texas, nos Estados Unidos.

Incorporar a **propriedade** intelectual da DC seria um grande avanço para qualquer empresa do setor de parques e resorts, incluindo a Universal, que já licencia as imagens e personagens do mundo de "Harry Potter" nos seus parques, tanto nos Estados Unidos quanto na China. Em maio, a Universal abriu seu parque temático Epic Universe, de US\$ 7 bilhões, em Orlando, com o espaço do Ministério da Magia de Harry Potter se tornando uma das maiores atrações do parque.

A Six Flags, sob pressão de investidores ativistas como a Jana Partners, possui várias atrações com temas da DC em seus parques, incluindo a famosa montanha-russa do Batman. Na década de 1990, a Six Flags e a Warner Bros. pertenciam à mesma empresa, a Time Warner, e em 2011 a Six Flags lançou uma área dedicada ao Universo DC em vários de seus parques.

Embora as montanhas-russas da Six Flags façam referência aos personagens da DC, elas não oferecem a imersão que parques como os da Universal e da Walt Disney conseguem proporcionar.

Além disso, a Comcast está em uma disputa com a Netflix para adquirir o estúdio e o setor de streaming

Continuação: Warner avalia possível licenciamento de atrações da DC aos parques de Orlando

da Warner Bros. Discovery, enquanto a rival Paramount Skydance busca adquirir a empresa por completo.

parques temáticos, um segmento que gerou US\$ 8,62 bilhões em vendas no ano passado, segundo a Bloomberg.

Em reuniões recentes com a direção da Warner Bros, a Comcast expressou interesse em incorporar a **propriedade** intelectual da DC ao seu portfólio de

Isenção de taxas para a Embrapa é mantida pelo Congresso

NOTÍCIAS



A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) ficará isenta do pagamento de taxas de **registro** de patentes e de proteção de experimentos de pesquisa e tecnologias geradas pela estatal. As taxas são devidas ao Sistema Nacional de Proteção de Cultivares, ao **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**), ao Ibama e à **Anvisa**.

A isenção está prevista no projeto de lei (PL) 2.694/2021, vetado integralmente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (VET 31/2025). O veto, porém, foi rejeitado pelo Congresso Nacional em sessão conjunta nesta quinta-feira (4). O texto será agora encaminhado à promulgação para que a isenção possa entrar em vigor.

Ao vetar o projeto, Lula considerou que a iniciativa contraria o interesse público ao instituir benefício de natureza tributária sem apresentar medida compensatória, estimativa de impacto orçamentário-financeiro e cláusula de vigência. Isso reduziria as receitas oriundas de taxas e de contribuições e afetaria o equilíbrio financeiro das entidades, além de estar em desacordo com a legislação em vigor, alegou o governo.

O PL 2694/2021 foi apresentado pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM). Ao justificar o projeto, o se-

nador ressaltou que a Embrapa foi responsável por transformar o Brasil em uma potência agrícola mundial, mas atualmente enfrenta sérias dificuldades financeiras. Plínio também destacou a atuação da Embrapa Amazônia Ocidental no apoio a comunidades rurais e pequenos produtores no Amazonas.

Relatado pelo senador Esperidião Amin (PP-SC), o texto foi aprovado em votação final pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em novembro de 2023 e encaminhado à Câmara. A proposta foi confirmada pelos deputados em agosto e seguiu para sanção presidencial.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3, 8

Marco regulatório | INPI

4, 8

Propriedade Industrial

4, 8

Propriedade Intelectual

6

Marco regulatório | Anvisa

8